

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO
DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA.

CNPJ 71.336.432/0001-16

EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Editorial Sicoob Credimed

O ano de 2018 trouxe muitas vitórias, lembranças e aprendizados. Celebramos bodas de prata, com resultados de ouro.

Compartilhamos sorrisos, lágrimas, conquistas e perdas. Pela primeira vez atingimos mais de **R\$1.000.000,00** em sobras, o que nos encheu de alegria, motivação e muita vontade para trabalhar e conquistar ainda mais por cada um de nossos cooperados.

Executando um dos sete princípios do cooperativismo, nós intensificamos a capacitação de nossos funcionários, conselheiros e diretoria. Para valorizar a nossa equipe e melhorar nossos resultados, implantamos o Plano de Carreira do SICOOB e nos preparamos para incluir o Sicoob Credimed no Programa de Gestão de Desempenho (PGD), em nível nacional.

Trabalhamos muito e executamos vários projetos e ações para o fortalecimento e crescimento da nossa cooperativa. O que fez com que ampliássemos o reconhecimento do nome SICOOB CREDIMED e conseguíssemos respeito e visibilidade em todo o estado de Minas Gerais.

Preocupados com a excelência e satisfação de nossos associados, nós estamos desenvolvendo e apurando nossas técnicas de atendimento e oferecendo novos serviços, produtos e benefícios para nossos cooperados.

Crescemos em número de associados e em nível de maturidade e solidez, sempre empenhados em buscar o melhor. Os estudos são frequentes e as atualizações são extremamente importantes e necessárias. A cada dia buscamos novas formas de trazer mais benefícios, facilidade e melhores produtos, fortalecendo e trazendo ainda mais reconhecimento para a nossa cooperativa.

Este livreto comprova os nossos resultados. Os números são inquestionáveis e asseguram esse crescimento e a confiança em ser um associado Sicoob Credimed. Os depoimentos espontâneos de vários cooperados nos enchem de orgulho e satisfação, e nos mostram que realmente estamos no caminho certo. Para todos nós da diretoria e conselho de administração, a cobrança é diária, nós nos cobramos e buscamos formas de oferecer sempre o melhor.

A solidariedade e o cooperativismo foram marcantes neste ano que passou. Não podemos esquecer do belíssimo trabalho social/comunitário e de intercooperação, desenvolvido pelo Sicoob Credimed e outras seis cooperativas. Nós colocamos em prática o DIA DE COOPERAR (Dia C) e nos unimos a centenas de pessoas para realizar um trabalho voluntário emocionante, no Bairro Jardim Maracanã em Uberaba.

Foram inúmeras conquistas e muito trabalho, dos quais nos orgulhamos. Nesta caminhada tivemos ao nosso lado por três anos e meio na diretoria executiva, um grande companheiro e batalhador da causa do cooperativismo: nosso Diretor Presidente José Henrique Cruvinel da Silva. Infelizmente, o seu destino e caminhada findou-se junto a nós, mas seu legado e história tornaram-se permanente em nossas vidas e corações. José Henrique compartilhou inúmeros sonhos e planos para a CREDIMED, que não morreram e serão realizados no decorrer da nossa trajetória. Tenho certeza, que nosso Presidente continua sonhando e dividindo conosco todas as lutas e conquistas do cooperativismo e da tão amada CREDIMED, que o enchia de orgulho, felicidade e sorrisos.

Maria Elisa Di Poi Cruz
Diretora Presidente do Sicoob Credimed

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações Sicoob Credimed Ltda, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB CREDIMED completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CREDIMED obteve um resultado de R\$ 902.351,21 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 10,22%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 11.425.010,89 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 16.998.629,21.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 9,93% da carteira, no montante de R\$ 1.769.965,15.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 20.781.064,43 representaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 24%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

| | | |
|-------------------|-------------------|-----|
| Depósitos à Vista | R\$ 2.559.907,94 | 12% |
| Depósitos a Prazo | R\$ 18.221.156,49 | 88% |

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIMED era de R\$8.199.690,52. O quadro de associados era composto por 2.028 Cooperados, havendo um acréscimo de 1,82% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CECREMGE, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDIMED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIMED LTDA aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDIMED LTDA registrou 4 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 4 reclamações, 1 foi considerada procedente e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Uberaba MG, 29 de janeiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED LTDA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Valores expressos reais – R\$)

| A T I V O | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------------|----------------------|----------------------|
| Circulante | | | |
| Disponibilidades | | 18.728.328,70 | 17.582.908,28 |
| Relações Interfinanceiras | 4 | 686.302,60 | 754.567,51 |
| Centralização Financeira - Cooperativas | | 11.425.010,89 | 10.437.944,42 |
| Operações de Crédito | 5 | 11.425.010,89 | 10.437.944,42 |
| Operações de Crédito | | 6.487.331,52 | 6.285.976,63 |
| (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | | 6.852.428,63 | 6.537.930,72 |
| Outros Créditos | 6 | (365.097,11) | (251.954,09) |
| Créditos por Avais e Fianças Honrados | | 106.607,00 | 104.419,72 |
| Rendas a Receber | | 13.181,21 | 16.045,99 |
| Diversos | | 98.285,73 | 95.571,49 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa | | 845,43 | 764,01 |
| Outros Valores e Bens | | (5.705,37) | (7.961,77) |
| | | 23.076,69 | - |
| Realizável a Longo Prazo | | 10.511.297,69 | 9.231.595,02 |
| Operações de Crédito | 5 | 10.511.297,69 | 9.231.595,02 |
| Diversos | 6 | 875.016,30 | 875.016,30 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa | 6 | (875.016,30) | (875.016,30) |
| Permanente | | 1.357.834,78 | 1.150.089,74 |
| Investimentos | 7 | 848.038,02 | 747.765,70 |
| Participações em Coligadas e Controladas - No País | | 848.038,02 | 747.765,70 |
| Imobilizado em Uso | 8 | 491.247,02 | 381.910,21 |
| Imóveis de Uso | | 510.668,52 | 510.668,52 |
| Outras Imobilizações de Uso | | 533.280,42 | 382.384,64 |
| (Depreciações Acumuladas) | | (552.701,92) | (511.142,95) |
| Intangível | | 18.549,74 | 20.413,83 |
| Ativos Intangíveis | | 68.062,67 | 63.358,67 |
| (Amortização Acumulada) | | (49.512,93) | (42.944,84) |
| TOTAL DO ATIVO | | 30.597.461,17 | 27.964.593,04 |
| P A S S I V O | | | |
| Circulante | | | |
| Depósitos | | Nota | 31/12/2018 |
| Depósitos à Vista | 9 | 20.781.064,43 | 21.776.409,03 |
| Depósitos a Prazo | | 2.559.907,94 | 20.354.591,45 |
| | | 18.221.156,49 | 16.726.687,88 |
| Relações Interdependências | 10 | - | 1.883.821,38 |
| Empréstimos no País- INSTITUIÇÕES OFICIAIS | | - | 14.842.866,50 |
| Outras Obrigações | 11 | 995.344,60 | 3.050.086,26 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | | 4.922,27 | 3.050.086,26 |
| Sociais e Estatutárias | | 239.602,88 | 4.351,17 |
| Fiscais e Previdenciárias | | 85.965,30 | 180.312,25 |
| Diversas | | 664.854,15 | 81.259,60 |
| Patrimônio Líquido | 13 | 8.821.052,14 | 7.610.001,59 |
| Capital Social | | 6.377.223,79 | 5.692.767,87 |
| De Domiciliados no País | | 6.377.741,79 | 5.692.835,87 |
| (Capital a Realizar) | | (518,00) | (68,00) |
| Reserva de Lucros | | 1.992.652,74 | 1.366.488,79 |
| Sobras Acumuladas | | 451.175,61 | 550.744,93 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 30.597.461,17 | 27.964.593,04 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS

FUNDÇÕES

SICOOB CREDIMED LTDA

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Valores expressos reais – R\$)

| | Nota | 2º SEMESTRE 2018 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|---------------------|----------------|----------------|
| Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira | | | | |
| Operações de Crédito | | 2.415.954,75 | 4.784.526,44 | 4.346.439,76 |
| Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira | | | | |
| Operações de Captação no Mercado | | (697.939,19) | (1.282.174,89) | (1.961.375,22) |
| Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses | | (526.374,07) | (1.021.482,57) | (1.714.761,01) |
| Provisão para Operações de Créditos | | (13.407,74) | (87.896,43) | (50.086,26) |
| Resultado Bruto Intermediação Financeira | | 1.718.015,56 | 3.502.351,55 | 2.385.064,54 |
| Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais | | | | |
| Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços | | (1.363.046,16) | (2.533.839,33) | (1.760.352,22) |
| Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias | | 145.339,80 | 299.948,68 | 231.586,21 |
| Despesas (Dispêndios) de Pessoal | | 49.165,51 | 96.950,84 | 90.132,60 |
| Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas | | (1.074.503,52) | (2.108.713,78) | (1.913.625,74) |
| Despesas (Dispêndios) Tributárias | | (883.441,97) | (1.694.320,13) | (1.600.336,83) |
| Ingressos de Depósitos Intercoperativos | | (18.112,01) | (40.487,06) | (35.042,17) |
| Outras Receitas (Ingressos) Operacionais | 15 | 340.758,98 | 696.329,59 | 1.305.280,45 |
| Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais | 16 | 124.172,65 | 314.236,78 | 220.713,88 |
| Resultado Operacional | | 354.969,40 | 968.512,22 | 624.712,32 |
| Resultado Não Operacional | | 668,18 | 1.253,18 | 6.741,82 |
| Resultado Antes da Tributação | | 355.637,58 | 969.765,40 | 631.454,14 |
| Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos | | (12.467,27) | (19.775,12) | (17.438,41) |
| Participação no Resultado | | (21.239,07) | (47.639,07) | (44.947,97) |
| Sobras / Perdas antes das Destinações | | 321.931,24 | 902.351,21 | 569.067,76 |
| Destinações legais e Estatutárias | | | | |
| F.A.T.E.S. | | (451.175,60) | | (113.813,56) |
| Reserva Legal | | (90.235,12) | | (56.906,78) |
| Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda) Líquido | | (360.940,48) | | (56.906,78) |
| As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. | | 451.175,61 | | 455.254,20 |

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES

SICOOB CREDIMED LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Valores expressos reais - R\$)

| Eventos | Capital | | Reservas de Sobras | | Sobras ou Perdas Acumuladas | Totais |
|---|---------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------------|---------------------|
| | Capital Subscrito | Capital a Realizar | Legal | Contigências | | |
| Saldos em 31/12/2016 | 5.108.586,23 | (58,00) | 1.234.141,59 | 54.490,73 | 301.761,70 | 6.698.922,25 |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior: | | | | | | |
| Ao FATES | | | | | (10.201,15) | (10.201,15) |
| Constituição de Reservas | | | 75.440,42 | 41.000,00 | (116.440,42) | - |
| Ao Capital | 171.435,44 | | | | (171.435,44) | - |
| Cotas Capital à Pagar - Ex-associados | | | | | (3.684,69) | (3.684,69) |
| Movimentações de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 618.684,87 | (10,00) | | | | 618.674,87 |
| Por Devolução (-) | (205.870,67) | | | | | (205.870,67) |
| Reversões de Reservas | | | | (95.490,73) | 95.490,73 | - |
| Sobra / Perda Líquida | | | | | 569.067,76 | 569.067,76 |
| Fates Atos Não Cooperativos | | | | | - | - |
| Destinação da Sobra do Exercício: | | | | | | |
| . Fundo de Reserva | | | 56.906,78 | | (56.906,78) | - |
| . F A T E S | | | | | (56.906,78) | (56.906,78) |
| Saldos em 31/12/2017 | 5.692.835,87 | (68,00) | 1.366.488,79 | - | 550.744,93 | 7.610.001,59 |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior: | | | | | | |
| Ao FATES | | | | | (55.000,00) | (55.000,00) |
| Ao Capital | 229.593,13 | | | | (229.593,13) | - |
| Constituição de Reservas | | | 265.223,47 | | (265.223,47) | - |
| Cotas Capital à Pagar - Ex-associados | | | | | (928,33) | (928,33) |
| Movimentações de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 709.328,43 | (450,00) | | | | 708.878,43 |
| Por Devolução (-) | (254.015,64) | | | | | (254.015,64) |
| Reversões de Reservas | | | | | 902.351,21 | 902.351,21 |
| Sobra / Perda Líquida | | | | | - | - |
| Participação nos Lucros | | | | | - | - |
| Fates Atos Não Cooperativos | | | | | - | - |
| Destinação da Sobra do Exercício: | | | | | | |
| . Fundo de Reserva | | | 360.940,48 | | (360.940,48) | - |
| . F A T E S | | | | | (90.235,12) | (90.235,12) |
| Saldo em 31/12/2018 | 6.377.741,79 | (518,00) | 1.992.652,74 | - | 451.175,61 | 8.821.052,14 |
| Saldos em 30/06/2018 | 6.128.778,61 | (688,00) | 1.631.712,26 | - | 580.419,97 | 8.340.222,84 |
| Movimentações de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 357.193,97 | 170,00 | | | | 357.363,97 |
| Por Devolução (-) | (108.230,79) | | | | | (108.230,79) |
| Reversões de Reservas | | | | | - | - |
| Sobra / Perda Líquida | | | | | 321.931,24 | 321.931,24 |
| Participação nos Lucros | | | | | - | - |
| Fates Atos Não Cooperativos | | | | | - | - |
| Destinação da Sobra do Exercício: | | | | | | |
| . Fundo de Reserva | | | 360.940,48 | | (360.940,48) | - |
| . F A T E S | | | | | (90.235,12) | (90.235,12) |
| Saldo em 31/12/2018 | 6.377.741,79 | (518,00) | 1.992.652,74 | - | 451.175,61 | 8.821.052,14 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED LTDA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018/2017
(Valores expressos reais – R\$)

| DESCRIÇÃO | 2º SEMESTRE 2018 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---------------------|---------------------|-----------------------|
| Atividades Operacionais | | | |
| Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação | 355.637,58 | 969.765,40 | 631.454,14 |
| IRPJ / CSLL | (12.467,27) | (19.775,12) | (17.438,41) |
| Participações nos Lucros | (21.239,07) | (47.639,07) | (44.947,97) |
| Depreciações e Amortizações | 33.340,09 | 61.885,05 | 56.087,36 |
| Provisão para Perda com Operações de Crédito | 140.361,55 | 113.143,02 | 108.924,86 |
| | 495.632,88 | 1.077.379,28 | 734.079,98 |
| Aumento (Redução) em Ativos Operacionais | | | |
| Operações de Crédito | 387.899,70 | (1.594.200,58) | (4.074.403,58) |
| Outros Créditos | (9.395,55) | (2.187,28) | 135.114,99 |
| Outros Valores e Bens | (13.916,73) | (23.076,69) | - |
| Aumento (Redução) em Passivos Operacionais | | | |
| Depósitos a Vista | 1.077.613,42 | 676.086,56 | 577.529,76 |
| Depósitos sob Aviso | (454,09) | 6.649,35 | (23.986,63) |
| Depósitos a Prazo | 663.301,16 | 3.371.640,64 | (4.588.786,06) |
| Relações Interdependências | (272,62) | - | - |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | (1.399.487,03) | (3.050.086,26) | 3.050.086,26 |
| Outras Obrigações | 319.761,59 | 417.527,29 | 28.671,67 |
| Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais | 1.520.682,73 | 879.732,31 | (4.161.693,61) |
| Atividades de Investimentos | | | |
| Aplicação no Intangível | (1.119,00) | (4.704,00) | (7.109,28) |
| Inversões em Imobilizado de Uso | (109.186,84) | (164.653,77) | (30.753,12) |
| Inversões em Investimentos | - | (100.272,32) | (76.397,21) |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos | (110.305,84) | (269.630,09) | (114.259,61) |
| Atividades de Financiamentos | | | |
| Aumento por Aportes de Capital | 357.363,97 | 708.878,43 | 618.674,87 |
| Devolução de Capital à Cooperados | (108.230,79) | (254.015,64) | (205.870,67) |
| Destinação de Sobra de Exercício Anterior em C/C Associados | - | (928,33) | (3.684,69) |
| Destinação de Sobra de Exercício Anterior em FATES | - | (55.000,00) | (10.201,15) |
| FATES - Sobra Exercício | (90.235,12) | (90.235,12) | (56.906,78) |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos | 158.898,06 | 308.699,34 | 342.011,58 |
| Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades | 1.569.274,95 | 918.801,56 | (3.933.941,64) |
| Modificações em Disponibilidades Líquida | | | |
| No Início do Período | 10.542.038,54 | 11.192.511,93 | 15.126.453,57 |
| No Fim do Período | 12.111.313,49 | 12.111.313,49 | 11.192.511,93 |
| Variação Líquida das Disponibilidades | 1.569.274,95 | 918.801,56 | (3.933.941,64) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNÍCIPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES - SICOOB CREDIMED
LTDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017**

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNÍCIPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES - SICOOB CREDIMED - SICOOB CREDIMED, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1993, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIMED tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo

Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de

crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

| Modalidade | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | |
| Adiantamento a Depositante | 40.097,26 | 0,00 | 40.097,26 | 117.654,75 |
| Empréstimos | 6.602.363,22 | 10.219.663,47 | 16.822.026,69 | 14.936.069,32 |
| Financiamentos | 209.968,15 | 291.634,22 | 501.602,37 | 715.801,67 |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | -365.097,12 | 0,00 | -365.097,12 | -251.954,04 |
| TOTAL | 6.487.331,51 | 10.511.297,69 | 16.998.629,20 | 15.517.571,70 |

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | | Empréstimo / TD | A.D / Cheque Especial / Conta Garantida | Financiamentos | Total em 31/12/2018 | Provisões 31/12/2018 | Total em 31/12/2017 | Provisões 31/12/2017 |
|--|------|----------|----------------------|---|-------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| A | 0,5% | Normal | 10.939.990,75 | 75.901,97 | 253.079,83 | 11.268.972,55 | -56.344,86 | 9.988.213,58 | -49.941,07 |
| B | 1% | Normal | 2.765.197,04 | 481.583,80 | 166.590,86 | 3.413.371,70 | -34.133,72 | 4.213.600,31 | -42.136,00 |
| B | 1% | Vencidas | 3.691,19 | 28.764,15 | 0,00 | 32.455,34 | -324,55 | 13.491,48 | -134,91 |
| C | 3% | Normal | 1.371.069,48 | 155.810,28 | 71.427,31 | 1.598.307,07 | -47.949,21 | 1.175.813,77 | -35.274,41 |
| C | 3% | Vencidas | 11.351,66 | 22.193,16 | 0,00 | 33.544,82 | -1.006,34 | 10.415,40 | -312,46 |
| D | 10% | Normal | 566.751,13 | 66.588,86 | 1.045,78 | 634.385,77 | -63.438,58 | 228.159,02 | -22.815,90 |
| D | 10% | Vencidas | 0,00 | 11.177,78 | 0,00 | 11.177,78 | -1.117,78 | 11.764,80 | -1.176,48 |
| E | 30% | Normal | 163.005,60 | 31.630,87 | 0,00 | 194.636,47 | -58.390,94 | 4.953,87 | -1.486,16 |
| E | 30% | Vencidas | 61.637,51 | 9.534,42 | 0,00 | 71.171,93 | -21.351,58 | 14.012,76 | -4.203,83 |
| F | 50% | Normal | 12.614,41 | 2.627,34 | 0,00 | 15.241,75 | -7.620,88 | 10.000,00 | -5.000,00 |
| F | 50% | Vencidas | 4.623,51 | 2.260,50 | 0,00 | 6.884,01 | -3.442,01 | 14.946,40 | -7.473,20 |
| G | 70% | Normal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | -1.400,00 |
| G | 70% | Vencidas | 34.723,06 | 10.611,78 | 0,00 | 45.334,84 | -31.734,39 | 5.182,47 | -3.627,73 |
| H | 100% | Normal | 0,00 | 53,19 | 0,00 | 53,19 | -53,19 | 50.148,04 | -50.148,04 |
| H | 100% | Vencidas | 22.578,16 | 6.152,35 | 9.458,59 | 38.189,10 | -38.189,10 | 26.823,84 | -26.823,84 |
| Total Normal | | | 15.818.628,41 | 814.196,31 | 492.143,78 | 17.124.968,50 | -267.931,38 | 15.672.888,59 | -208.201,58 |
| Total Vencidos | | | 138.605,09 | 90.694,14 | 9.458,59 | 238.757,82 | -97.165,75 | 96.637,15 | -43.752,45 |
| Total Geral | | | 15.957.233,50 | 904.890,45 | 501.602,37 | 17.363.726,32 | -365.097,13 | 15.769.525,74 | -251.954,03 |
| Provisões | | | -303.432,78 | -47.027,05 | -14.637,30 | -365.097,13 | | -251.954,04 | |
| Total Líquido | | | 15.653.800,72 | 857.863,40 | 486.965,07 | 16.998.629,19 | | 15.517.571,70 | |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

| Descrição | Até 90 | De 91 até 360 | Acima de 360 | Total |
|----------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Empréstimos | 1.997.318,76 | 3.740.251,27 | 10.219.663,47 | 15.957.233,50 |
| Financiamentos | 63.313,36 | 146.654,79 | 291.634,22 | 501.602,37 |
| TOTAL | 2.060.632,12 | 3.886.906,06 | 10.511.297,69 | 16.458.835,87 |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

| Descrição | Conta Corrente | Empréstimo / Financiamento | 31/12/2018 | % da Carteira |
|--------------------------|-------------------|----------------------------|----------------------|---------------|
| Setor Privado - Serviços | 0,00 | 41.957,54 | 41.957,54 | 0% |
| Pessoa Física | 904.890,45 | 16.416.878,33 | 17.321.768,78 | 100% |
| TOTAL | 904.890,45 | 16.458.835,87 | 17.363.726,32 | 100% |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial | 251.954,09 | 143.029,23 |
| Constituições/Reversões | 140.786,37 | 190.759,91 |
| Transferência para prejuízo | -27.643,28 | -81.835,05 |
| TOTAL | 365.097,13 | 251.954,09 |

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

f) Concentração dos Principais Devedores:

| Descrição | 31/12/2018 | % Carteira Total | 31/12/2017 | % Carteira Total |
|----------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|
| Maior Devedor | 143.195,20 | 1,00% | 137.440,00 | 1,00% |
| 10 Maiores Devedores | 1.034.268,69 | 6,00% | 918.524,06 | 6,00% |
| 50 Maiores Devedores | 3.500.299,59 | 20,00% | 3.312.406,74 | 21,00% |

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 484.636,96 | 474.719,99 |
| Valor das operações transferidas no período | 62.199,12 | 81.835,05 |
| Valor das operações recuperadas no período | -25.166,74 | -65.443,44 |
| Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas | - | -4.084,35 |
| Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas | -38.368,85 | -2.390,29 |
| TOTAL | 483.300,39 | 484.636,96 |

h) Ingressos da Intermediação Financeira:

| Descrição | 2018 | 2017 |
|---|---------------------|---------------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 30.597,93 | 29.596,20 |
| Rendas de Empréstimos | 4.603.172,95 | 4.116.946,92 |
| Rendas de Financiamentos | 128.783,81 | 151.554,44 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 21.960,99 | 48.342,20 |
| Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados | 10,76 | - |
| TOTAL | 4.784.526,44 | 4.346.439,76 |

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

| Modalidade | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Avals e Fianças Honrados | 13.181,21 | 16.045,99 |
| Rendas a Receber (a) | 98.285,73 | 95.571,49 |
| Diversos (b) | 875.861,73 | 875.780,31 |
| (-) Provisões para Outros Créditos (c) | -880.721,67 | -882.978,07 |
| TOTAL | 106.607,00 | 104.419,72 |

(a) Em Rendas a receber estão registradas: receita de convênios (R\$28.629,84), receita mantida na centralização financeira do Sicoob Central Cecremge (R\$63.905,93) a receber da previdência social – INSS (R\$81,63) e provisão de renda serviços financeiros (R\$5.668,33).

(b) Refere-se a títulos de crédito a receber referentes a créditos repassados para a realização de depósito judicial, todavia não efetivados, do PIS sobre atos não cooperativos (R\$238.721,36), e da Cofins atos não cooperativos (R\$636.294,94), e outros (R\$845,43).

(c) Refere-se a provisão de estimativas de perdas, frutos de práticas irregulares identificadas, (R\$875.016,30) e provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN no.2.682/1999 (R\$5.705,37).

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Taxa Depreciação |
|--|-------------------|-------------------|------------------|
| Terrenos | 32.882,91 | 32.882,91 | |
| Edificações | 477.785,61 | 477.785,61 | 4% |
| (-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações | -309.631,48 | -290.520,28 | |
| Instalações | 51.432,39 | 41.284,89 | 10% |
| Móveis e equipamentos de Uso | 217.129,61 | 130.344,21 | 10% |
| (-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso | -92.352,91 | -81.866,90 | |
| Sistema de Comunicação | 36.174,02 | 40.660,59 | 20% |
| Sistema de Processamento de Dados | 209.618,57 | 151.169,12 | 10% |
| Sistema de Segurança | 18.925,83 | 18.925,83 | 10% |
| (-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso | -150.717,53 | -138.755,77 | |
| TOTAL | 491.247,02 | 381.910,21 | |

9. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré fixadas são calculadas no prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------|----------------------|----------------------|
| Depósito à Vista | 2.559.907,94 | 1.883.821,38 |
| Depósito Sob Aviso | 284.956,61 | 278.307,26 |
| Depósito a Prazo | 17.936.199,88 | 14.564.559,24 |
| TOTAL | 20.781.064,43 | 16.726.687,88 |

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

| Descrição | 31/12/2018 | % Carteira Total | 31/12/2017 | % Carteira Total |
|-------------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Maior Depositante | 5.182.068,25 | 25,00% | 2.472.585,55 | 15,00% |
| 10 Maiores Depositantes | 8.551.497,76 | 42,00% | 7.916.216,04 | 48,00% |
| 50 Maiores Depositantes | 13.238.845,01 | 64,00% | 12.039.537,20 | 73,00% |

Despesas com operações de captação de mercado:

| Descrição | 2018 | 2017 |
|--|----------------------|----------------------|
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio | -17.572,02 | -28.704,69 |
| Despesas de Depósitos a Prazo | -976.812,76 | -1.656.867,53 |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos | -27.097,79 | -29.188,79 |
| TOTAL | -1.021.482,57 | -1.714.761,01 |

10. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

11. Outras Obrigações

11.1 Sociais e Estatutárias

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| FATES - Resultado de Atos com Associados (a) | 90.235,12 | 56.906,78 |
| Cotas de Capital a Pagar (b) | 149.367,76 | 123.405,47 |
| TOTAL | 239.602,88 | 180.312,25 |

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social- FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|
| Provisão para impostos e contribuições/lucros | 6.487,44 | 6.126,54 |
| Impostos e contribuições a recolher | 79.477,86 | 75.133,06 |
| TOTAL | 85.965,30 | 81.259,60 |

11.3 Diversas

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a) | 63.385,70 | 7.735,02 |
| Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b) | 135.229,18 | 89.692,18 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar (c) | 277.627,20 | 175.135,12 |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas(d) | 22.594,77 | 13.440,55 |
| Credores Diversos – País | 166.017,30 | 25.891,42 |
| TOTAL | 664.854,15 | 311.894,29 |

(a) Referem-se à compra de bens e direitos adquiridos através do cartão corporativo da instituição,

(b) Refere-se à prestação para pagamento de conta salários cooperados.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de despesas de pessoal (R\$216.719,58), água/energia/gás (R\$2.595,18), aluguéis (R\$1.254,05), assessoria técnica jurídica (R\$9.319,06), comunicações (R\$3.391,76), processamentos de dados (R\$2.073,13), promoções relações públicas (R\$1.641,41), segurança e vigilância (R\$5.231,17), manutenção e conservação de bens (R\$1.067,51), transporte (R\$3.887,31), seguro vida funcionários (R\$808,26), compensação (R\$2.979,36), seguro prestamista (R\$13.665,24), provisão despesas com cartões (R\$6.757,80), serviços de tesouraria (R\$67,57) outros (R\$6.168,81).

(d) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.594,77 em 31/12/2018 (R\$ 13.440,55 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

12. Instrumentos financeiros

O SICOOP CREDIMED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|----------------|--------------|--------------|
| Capital Social | 6.377.223,79 | 5.692.767,87 |
| Associados | 2.028 | 1.992 |

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 230.521,46.

d) Destinações Estatutárias

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

| Descrição | 2018 | 2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Sobra líquida do exercício | 902.351,21 | 569.067,76 |
| Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES | - | - |
| Sobra líquida, base de cálculo das destinações | 902.351,21 | 569.067,76 |
| Destinações estatutárias | | |
| Reserva legal - 40% | -360.940,48 | -56.906,78 |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10% | -90.235,12 | -56.906,78 |
| Sobra à disposição da Assembleia Geral | 451.175,61 | 455.254,20 |

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

| | |
|--|--------------------|
| Resultado de atos com não associados - antes do IRPJ/CSLL | 61.797,25 |
| Deduções do resultado com não associados | |
| (-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica | (9.269,59) |
| (-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro | (10.505,53) |
| Total | (19.775,12) |

| | |
|--|--------------------|
| Receitas de vendas de quotas de consórcios com associados | 15.128,62 |
| Receitas de vendas de seguros com associados | 80.183,25 |
| Total Receitas Deduzidas | 95.183,25 |
| Resultado com não associados deduzido das despesas de IRPJ/CSLL | (53.161,12) |

15. Outros ingressos/rendas operacionais

| Descrição | 2018 | 2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 12.002,24 | 1.629,10 |
| Reversão de Outras Provisões Operacionais | 7.073,44 | - |
| Rendas Juros Cartão de Crédito | 118.322,40 | 96.068,97 |
| Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito | 11.237,01 | 12.463,81 |
| Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito | 4.500,39 | - |
| Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito | 60.828,98 | 34.154,78 |
| Distribuição de Sobras da Central | 100.272,32 | - |
| Outras Rendas Operacionais | - | 76.397,22 |
| TOTAL | 314.236,78 | 220.713,88 |

16. Outros dispêndios/despesas operacionais

| Descrição | 2018 | 2017 |
|--|-------------------|------------------|
| Despesas de Cessão de Operações de Crédito | -24.306,01 | -3.891,46 |
| Despesas de Descontos Concedidos | -685,98 | -7.939,21 |
| Desp. de Atualização de Impostos e Contribuições | -14.884,77 | 0 |
| Cancelamento de Tarifas Pendentes | -29,00 | -42,00 |
| Provisão para Passivos Contingentes | -26.361,61 | 0,00 |
| Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas | -401,68 | -1257,12 |
| Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais | -153,89 | -371,58 |
| Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação | -16.715,71 | -33.776,72 |
| Outras Despesas Operacionais | -4.873,81 | -2.620,53 |
| Outras Provisões Operacionais | - | -1.940,00 |
| Garantias Financeiras Prestadas | -9.371,79 | -7.222,00 |
| TOTAL | -97.784,25 | 59.060,62 |

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 31 de dezembro de 2018:

| Montante das Operações Ativas | Valores | % em Relação à Carteira Total | Provisão de Risco |
|--|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico | 240.785,89 | 1,29% | 1.434,19 |
| TOTAL | 240.785,89 | 1,29% | 1.434,19 |
| Montante das Operações Passivas | 235.053,63 | 1,48% | |

Operações ativas e passivas saldo exercício de 2018:

| Natureza da Operação de Crédito | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total |
|---------------------------------|------------------------------|---|--|
| Cheque Especial | 9.981,43 | 49,91 | 1,14% |
| Empréstimo | 220.080,82 | 1.100,41 | 1,30% |
| Financiamento | 10.723,64 | 53,62 | 2,13% |

| Natureza dos Depósitos | Valor do Depósito | % em Relação à Carteira Total | Taxa Média - % |
|------------------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Depósitos a Vista | 6.856,10 | 0,26% | 0% |
| Depósitos a Prazo | 228.197,53 | 1,26% | 0,46% |

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas | Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva |
|--|---|--|
| Empréstimos | 2,17% | 2,17% |
| Financiamento | 1,5% | 1,5% |
| Aplicação Financeira - Pós Fixada | 94,41% | 94,41% |

No exercício de 31 de dezembro de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e encargos sociais:

| BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$) | | |
|--|--|------------|
| Honorários | | 211.936,81 |
| Cédulas de Presença | | 80.344,96 |
| INSS | | 135.573,71 |

18. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNÍCIPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES SICOOB CREDIMED - SICOOB CREDIMED, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA.

SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIMED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30/06/2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/08/2018, com opinião sem modificação.

19. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

19.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

19.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

19.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

19.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

19.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

19.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

Uberaba-MG, 29 de janeiro de 2019.

JESUS DE FARIA FERNANDES
DIRETOR FINANCEIRO

MARIA MARILENE DOS SANTOS CARVALHO
CONTADOR CRC-MG 067016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações **SICOOB CREDIMED LTDA**, em reunião realizada no dia 24/01/2019, em observância ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pelo **SICOOB CREDIMED**.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do **SICOOB CREDIMED**, são de opinião que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembléia Geral de Cooperados.

Uberaba-MG, 24 de janeiro de 2019

Erasmo Leal da Silva
Conselheiro Fiscal
Coordenador

Maria Aparecida Xavier
Dos Santos
Conselheira Fiscal
Secretária

Humberto da Silva Parreira
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED Ltda.

Uberaba/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIMED em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de modo relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 25 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994



Rua Castro Alves, 30 | N. Sr^a da Abadia | Uberaba-MG
Cep 38025-380 | (34) 3333-7755 • 3312-7077 ☎

www.sicoobcredimed.com.br

 sicoobcredimed -  @sicoob_credimed